

ISSN 1980315-X



Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS

ADverso

Nº 157 - Maio / Junho / 2008

ndicações
estruturação
ressão
ação 30 anos
expressão
lembas trabalho
ógica
envolvendo
informação

Adufrgs comemora 30 anos

Ao completar três décadas de fundação, a Associação
de Docentes da Ufrgs abre o baú da memória e
festeja o início de uma nova caminhada.

Preservação do Meio-Ambiente. A Adufrgs apóia essa causa.

30 ANOS
ADUFRGS

www.adufrgs.org.br

ADUFRGS 30
ANOS
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

ADUFRGS 30
ANOS

Seção Sindical da Andes-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

Diretoria

Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira

1º vice-presidente: Cláudio Scherer

2º vice-presidente: Lúcio Hagemann

1º secretário: Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira

2º secretária: Maria Luiza A. Von Holleben

1º tesoureiro: Marcelo Abreu da Silva

2º tesoureira: Maria da Graça Saraiva Marques

1º suplente: Mauro Silveira de Castro

2º suplente: José Carlos Freitas Lemos

Adverso

Publicação mensal impressa em
papel Reciclado 75 gramas
Tiragem: 4.500 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa
Produção e edição: Editora Verdeperto Ltda.
Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)

ISSN 1980315-X



Reportagem: Maricélia Pinheiro,
Clarissa Pont e Zaira Machado (7812)
Fotos: Clarissa Pont (13302)
Ilustrações: Mario Guerreiro
Capa: Marcos Guimarães
Projeto Gráfico: Marcos Guimarães
Assistente de Arte: Tomaz Pivetta

UFRGS JORNAL DA UNIVERSIDADE



Homenagem

Alberto Marques, presidente do CRU

ABSURGS completa 27 anos

Com a inauguração oficial de um gabinete destinado em suas dependências e uma homenagem ao professor Homero Sô Jofim, a Associação Brasileira dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul comemorou dia 20 de setembro os seus 27 anos de atividades.

Instalada à Avenida João Pessoa, 775 - o ABSURGS é uma entidade que reúne os servidores da UFRGS e da Universidade Federal de Pelotas, pela grande parte das unidades desta última.

Com cerca de 2.400 associados o ABSURGS tem caferar benefícios, realizando convênios tanto com profissionais de área de saúde médica e odontológica, como com empresas comerciais e prestadoras de serviços.

Neste ano o ABSURGS está promovendo a sua expansão, destacando-se a criação da Fundação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FASURGS). As 1015 dades desta Fundação, queelas que segundo os estatutos se relacionam com serviços prestados mediante remuneração, vão proporcionar recursos para que possa ser ampliada e melhorada a assistência aos associados da ABSURGS.

Pensando no dia 17 de junho de 1978, quando homenageamos os 27 anos de existência, o volume de reuniões para nos aprofundarmos no trabalho, no número de associados, sentindo a entidade em fase de ampliação para poder stander a crescente demanda.

O professor Homero Sô Jofim, grande incentivador da entidade, teve o quadro com sua fotografia encrustado numa das salas da ABSURGS. Foi fundado pelo Presidente da ABSURGS, Dircos Frederico Panitz, que ainda cumprimentou o Reitor pelo seu aniversário ocorrido no dia 19 último.

Professores criam associação

Foi constituída em 24 de Junho deste ano a Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUF/RS), como resultado do esforço desenvolvido desde o inicio de 1978 somente por um núcleo de professores vinculados de diversos departamentos da Universidade. Após sua constituição, em contato estabelecido com o Reitor, foram expostas as finalidades da Associação, tendo havido boa acórdão e demonstração de interesse.

A exemplo da ABSURGS, esta nova entidade estabeleceu um projeto de trabalho, a ADUF/RS tem como objetivos principais a unificação dos interesses de todos os docentes, a solução de seus problemas e a defesa de seus interesses profissionais e acadêmicos, fornecendo-se assim um órgão de expressão dos anseios da comunidade docente. Acreditamos que desta forma estaremos contribuindo para elevar o nível de ensino e pesquisa em nossa Universidade.

No bala da consecução destes objetivos, a Diretoria provisória, eleita naquela data, tem como finalidade primordial de suas atividades pro mover a mais ampla participação dos docentes da UFRGS em sua Associação. Para tanto está desenvolvendo campanha de inscrição de novos sócios através de professores representantes nas diversas unidades universitárias. Para o momento abrem-se inscrições para os seguintes professores: José Freire Pachet - IFPE; Marcos André da Rocha - Diretor; Arco Taiteheum ou Luiz Fernando da Rocha - Matemática; Carlos Schmidt ou Ofilia Carrizo - PROGRU (Arquitetura); Lareva Holzmann da Silva ou Maria Noemi Caetano Brutto - IFCH (Campus); Lívia Amaral - Fafc; Luis Alberto Miranda - Economia; Elizabeth Rocha da Rocha - Biociências; Mariza de Graça Nunes - Depto de Arte Dramática (Artes).

No dia 17 de junho de 1978, em um contexto político conturbado, nascímos como a mais significativa expressão do engajamento dos docentes da Ufrgs na luta pelo fim da Ditadura Militar. Na afirmação de que a democracia tem como fundamento a vontade autônoma dos indivíduos num espaço público de deliberação coletiva, construímos a Associação de Docentes da UFRGS. Mais tarde, buscamos caráter sindical, o que nos possibilitaria o desenvolvimento de instrumentos legais e jurídicos para a defesa dos interesses profissionais da categoria.

Ao longo de três décadas, atuamos como protagonistas na transformação da Universidade Pública Brasileira, um reflexo inevitável da revolução política pela qual passou o País. E mudança de contexto exige mudança de postura diante dos fatos. Por isso nos renovamos a cada dia para atender às novas demandas dos docentes e da Educação Superior Pública. Dentro deste espírito, completamos 30 anos no momento em que tomamos um novo rumo na história.

Nossa luta, que se dá não apenas no âmbito das campanhas salariais, mas no dia-a-dia da Universidade, deve ser também da Sociedade. Porque graças a negociações, manifestações, greves e atos públicos junto ao governo federal, o Ensino Público Brasileiro tem garantido a excelência na qualidade, sua marca registrada ao longo da história.

Valorizar o Professor significa valorizar a Universidade Pública, a Educação Superior Gratuita e de Qualidade!

ÍNDICE

04 NOVO MOVIMENTO DOCENTE
Transformação do Proifes em federação deve facilitar sindicatos locais

06 ENTREVISTA
“A Cultura faz a cidade”
Barbara Freitag

10 VIDA NO CAMPUS

12 SEGURIDADE SOCIAL

13 CENTRAL
Adufrgs 30 anos
Da luta contra a Ditadura à defesa dos interesses docentes

19 NOTÍCIAS
Fórum de São Paulo
Encontro denuncia guerra preventiva na América Latina

20 CONVÊNIOS

21 OBSERVATÓRIO

22 NAVEGUE

23 ORELHA

24 HIPERMÍDIA

26 +1

27 A HISTÓRIA DE QUEM FAZ

NOVO MOVIMENTO DOCENTE

Transformação do Proifes em federação deve facilitar sindicatos locais

A indicação de transformar o Fórum de Professores das Ifes (Proifes) em federação, que será votada em julho no IV Encontro Nacional do Proifes, deve agilizar o processo de fundação de sindicatos locais, acredita a professora Eva Batista Caldas, da Universidade Federal do Ceará (UFC) e diretora da ADUFC. Segundo ela, uma das dificuldades encontradas para convencer os professores de sua base de que o melhor caminho é criar um sindicato local está no temor de ficar sem uma referência nacional. "A existência de uma federação daria mais segurança às bases", defende.

Adverso – Em que situação se encontra o Novo Movimento Docente no Ceará?

Eva Batista Caldas – Não dá para fazer uma avaliação muito profunda porque faz pouco tempo que o assunto começou a ser discutido. Da parte da diretoria da ADUFC já há algumas avaliações, mas não existe ainda unanimidade sobre o tema. Eu diria que estamos próximos de um consenso. Alguns diretores acreditavam que o melhor seria ocupar a Andes e tentar reverter o quadro atual. Tomamos posse no ano passado e até achávamos que podíamos andar um pouco mais depressa com esse processo. Mas está sendo mais lento do que o esperado. Em uma assembléia, com mais de 100 pessoas, decidimos reconhecer o Proifes como representante legítimo dos professores das Ifes nas mesas de negociação. Foi aprovada também a realização de um seminário na Universidade, com visitas aos departamentos, aos conselhos de centro, no sentido de mostrar que existe um novo caminho. Estamos convencidos disso, mas como resolver esse problema do ponto de vista prático? Transformar a AD em um sindicato local ou criar um sindicato e depois migrar para uma federação? A nossa base é ainda muito dividida. Temos um equilíbrio permanente com a oposição. Mesmo os que nos apoiam integralmente não têm certeza se o correto seria sair da Andes. Porque a Andes ainda representa aquela figura que foi muito importante na história do Movimento Docente (MD). Realmente foi, mas perdeu o rumo. No entanto, algumas pessoas acreditam que é possível mudar isso. Nós que vivemos mais o dia-a-dia do MD sabemos que é impossível. Já fizemos experiências, participamos de vários congressos e Conads da Andes e chegamos definitivamente à conclusão de que não há como mudar.

Adverso – O que levou a essa situação?

Eva Caldas – Quando fundamos a Andes, ela representava uma entidade que tinha sido criada para defender os interesses da categoria, principalmente os dos professores das instituições federais de ensino superior. Porque a Andes nasceu a partir das associações de docentes das universidades federais. Aos poucos outras foram se agregando. Então podemos dizer que dois fatos

provocaram essa perda de rumo da Andes. Primeiro uma diversidade muito grande de representados no seu bojo. Quando se quer representar professores de universidades federais, estaduais, municipais e particulares, acaba-se não representando bem ninguém. As últimas diretorias da Andes perderam o foco principal que eram as Ifes. Outro fato que colaborou para isso foi um certo direcionamento político-partidário. Na época da criação tínhamos um inimigo comum, que era o regime ditatorial de direita. Mas quando isso acabou, ficamos meio perdidos: vamos para onde agora? Então houve um erro no caminhar. Tudo bem que seguimos para a esquerda, contra o governo então instalado após a ditadura. Mas em seguida a coisa do partido político começou a influenciar muito fortemente. No início, a maioria das pessoas que participava mais ativamente da Andes eram petistas. Hoje, com a ascensão do PT à presidência, eles passaram a ser inimigos. Porque ainda têm aquela visão de que se há governo, devemos ser contra, seja ele qual for. Não interessa se o governo do momento oferece pontos positivos. Acho que este tipo de comportamento afastou muito os professores da base, as ações da Andes se voltaram para questões muito gerais, que não eram de interesse específico da categoria e acabou por afastar os professores que se sentiram sem liderança. Nós desistimos. E quando falo "nós", é de uma maneira geral, não apenas do grupo dissidente, do qual eu faço parte desde o começo.

Adverso – Como a indicação de transformar o Proifes em federação pode influenciar no processo de criação do sindicato local na UFC?

Eva Caldas – Quando já se tem uma referência fica mais fácil. Porque a gente sempre fala em sair, fundar nosso próprio sindicato, mas aí nos perguntamos: vamos sair de algo grande que, apesar de estar muito ruim, existe de fato? As pessoas não compreendem que uma base sindical menor acaba sendo mais interessante. A idéia de transformar o Proifes em uma federação é o melhor caminho, porque o Proifes já tem uma estrutura, é reconhecido politicamente em todo o País, ainda mais depois da última campanha salarial. Temos divulgado muito o trabalho do Proifes na UFC e isso facilita muito a nossa discussão.



Segue o debate sobre sindicato local na Adufrgs

Consulta Eletrônica para deliberar sobre o sindicato local será realizada nos próximos meses.

O debate sobre a transformação da Adufrgs em um sindicato local das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) de Porto Alegre continua. No início de junho, a Adufrgs promoveu dois encontros, nas faculdades de Arquitetura e Farmácia, onde estiveram presentes professores favoráveis e contrários ao sindicato local defendendo suas posições. Também foi lançada uma edição especial da revista *Adverso*, com artigos pró e contra.

A intenção da diretoria da Adufrgs é levar informações sobre o tema ao maior número possível de associados, assim como promover um debate aberto, transparente e democrático. Os veículos de comunicação da Adufrgs (revista *Adverso*, página eletrônica e informativo on-line) estão abertos a textos de opinião dos professores. Para que a consulta eletrônica, que será realizada em breve, reflita de fato a vontade da maioria, é preciso envolver o maior número de pessoas nesta discussão, tão importante para o futuro da Adufrgs.

Vale ressaltar que os transtornos causados pela falta de registro sindical da Andes – como a perda ou o arquivamento de ações judiciais movidas por suas seções sindicais em vários pontos do País – começam a ecoar na Adufrgs a partir de agosto, quando a mensalidade não poderá mais ser descontada no contracheque de seus associados. Para que a Adufrgs possa retomar esse sistema de arrecadação será preciso cadastrar-se com o devido registro sindical.

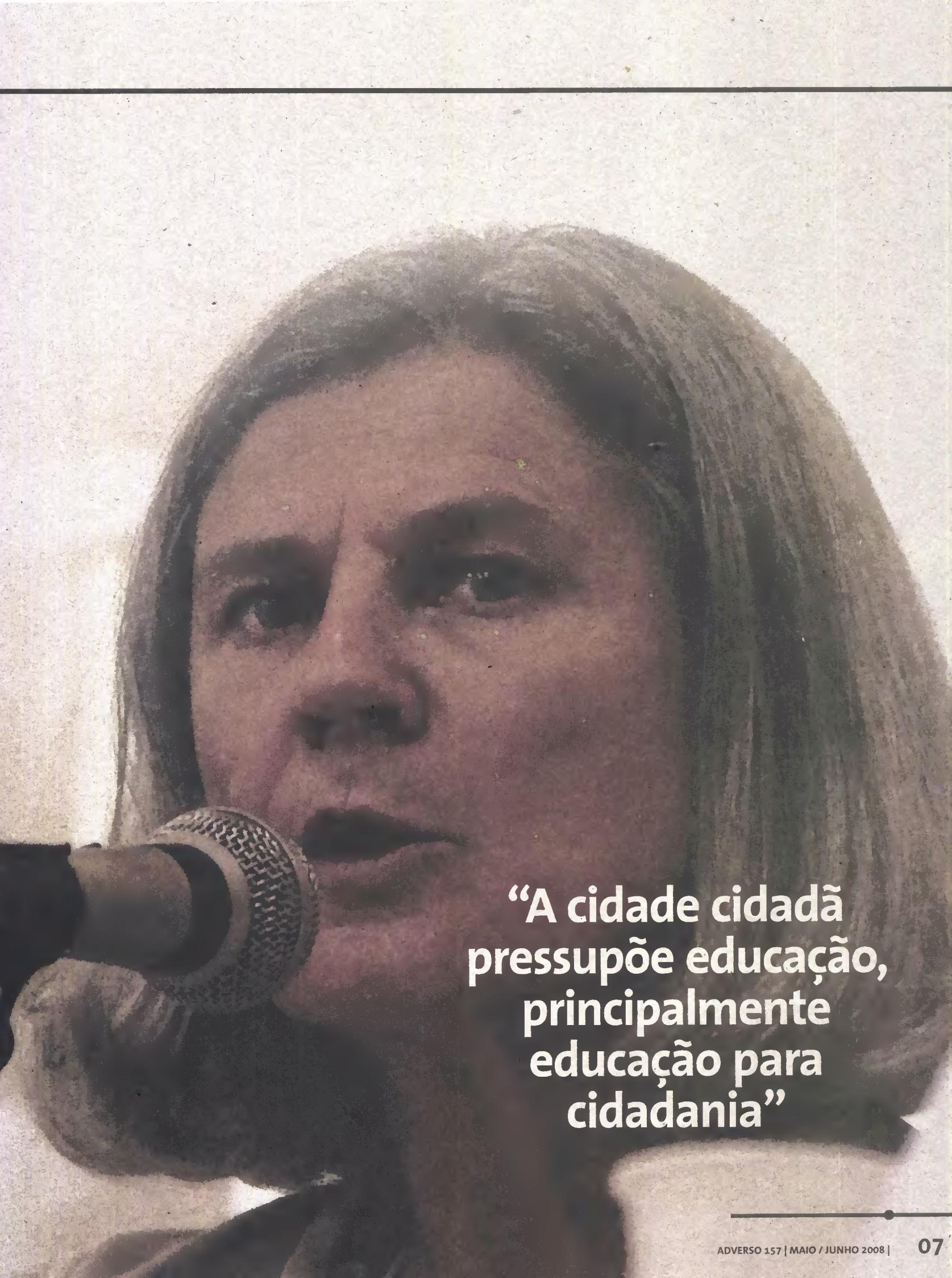
BARBARA FREITAG

“A Cultura faz a cidade”

Entrevistar a professora emérita da UnB, Barbara Freitag, é participar de uma conversa sobre tudo. As cidades em que ela viveu, as músicas que escuta, o que pensa sobre Shakespeare, educação, psicologia e sociologia. Entre uma confidência sobre a infância em Porto Alegre e uma dica literária, ela aprofunda o tema ao qual tem se dedicado nos últimos anos: as cidades. Para ela, existe uma parceria entre cidade e cultura. “A cultura é o grande imã que atrai as pessoas e é a cultura que faz a cidade. Um centro cultural, um teatro, uma área nobre, a revitalização de centros urbanos historicamente valiosos e culturalmente interessantes. A ligação cidade e cultura é fundamental para dar à cidade um estatuto”. Fica a sensação de querer conhecer cada esquina do mundo descrita por Freitag, que une história, arquitetura, pintura e literatura em cada causa que conta.

Barbara Freitag emigrou com a família da Alemanha para o Brasil em 1948, com sete anos. Estudou em Porto Alegre, nos colégios Farroupilha e Júlio de Castilhos. Voltou para a Alemanha em 1961 e cursou a graduação em Ciências Sociais na J. W. Goethe Universität, em Frankfurt, o mestrado em Sociologia e Psicologia na Universidade Livre de Berlim e o doutorado na Universidade Técnica de Berlim. Em Frankfurt, foi aluna de Adorno e Horkheimer por três semestres, em 1962. Em 1967, defendeu a tese de mestrado sobre Gilberto Freyre, Celso Furtado e Florestan Fernandes, e, em 1972, o doutorado sobre Política Educacional Brasileira. Lecionou por mais de 30 anos na UnB e, em 2005, foi homenageada pela Universidade com o livro “Itinerários de Barbara Freitag”.

por Clarissa Pont
fotos Eduardo Seidl



“A cidade cidadã pressupõe educação, principalmente educação para cidadania”

Adverso – A senhora se dedica atualmente a organizar e dirigir, na Universidade de Brasília (UnB), o grupo de pesquisa "Itinerâncias urbanas no Brasil, capitais migrantes, poderes peregrinos, representações nômades", qual o seguimento deste projeto?

Barbara Freitag – Trata-se de uma pesquisa que ocorre desde 2000, com mais dois colegas. O projeto envolveu estudantes de doutorado, mestrado e até de graduação que participaram escrevendo teses e fazendo pesquisas. A idéia básica é investigar as causas das três transferências de capital que existiram no Brasil. Salvador, a primeira capital da colônia, depois a transferência para o Rio de Janeiro com o vice-reinado, em 1763. Depois ocorreu o fato que se festeja agora que foi a transferência da capital do reino de Portugal para o Brasil, no contexto das guerras napoleônicas. E, em 1960, ocorre a transferência para Brasília, a cidade nova. Nós sociólogos ficamos interessados em investigar as razões políticas dessas mudanças, por isso "poderes peregrinos". As razões urbanísticas, por isso capitais migrantes. Por que se desautoriza uma cidade que executou a função de capital? Finalmente, quais mudanças se deram nos colonos e moradores em cada uma dessas transferências.

Com todas as leituras históricas que fizemos e com resultados de outros pesquisadores, confirma-se que os grandes achados de ouro do século 18 motivaram a coroa portuguesa a deslocar a capital para não perder o controle sobre a extração de minérios e evitar a extração descontrolada e sem a supervisão de Portugal. Isso é possível de entender, o problema fica mais complicado na transferência do Rio de Janeiro, que serviu como capital de colônia e da monarquia e era o centro econômico, político e cultural do Brasil, para Brasília. As hipóteses são muitas e ainda não temos todos os resultados. A que me parece bastante plausível é que a colonização do Brasil se deu ao longo do litoral e deixou o território interiorano muito vazio. De fato houve uma concentração populacional muito grande no litoral e o interior ficou abandonado, os problemas urbanos que discutimos hoje já estavam começando a pressionar. Com a transferência do Rio de Janeiro para Brasília, achava-se que se poderia deslocar e criar novos centros urbanos. As obras, com certeza levaram muita gente para lá, mas não necessariamente descongestionaram as cidades litorâneas.

Adverso – A senhora tem privilegiado, nos últimos anos, a pesquisa sobre cidades. Existem diretrizes para entender a questão urbana brasileira?

Barbara Freitag – Acredito em uma forma interdisciplinar, intercultural, até comparativa sim, porque temos problemas semelhantes, mas nada é comparável na América do Sul. O México e o Brasil, por exemplo, podem ter comparação, mas os outros países são diferentes em tamanho, tradição histórica e colonização. É difícil impor um modelo latino-americano, como também a importação de modelos europeus não vai levar muito longe. Porque a história do desenvolvimento de muitas cidades é diferente da história do desenvolvimento das cidades européias que forneceram os modelos teóricos. E diferente do modelo norte-americano também, porque a colonização da América do Norte foi muito diferente. Pessoas que emigraram da Inglaterra para fugir da perseguição religiosa e que constituíram núcleos ou cooperativas agrícolas com idéias religiosas de cooperação. E até

com um prenúncio de formas democráticas, o que não foi o caso brasileiro.

A colonização brasileira foi, em todas as etapas, uma medida de exploração desenfreada e desavergonhada. Ninguém veio aqui plantar e colher, criar unidades. Por isso as cidades são sempre meio aventureiras. Muitas cidades não progrediram, não havia o interesse de criar aqui um novo país, uma nova pátria, um novo contexto social a partir do qual se construiria uma vida nova.

Uma das minhas leituras recentes foi sobre os viajantes europeus que vieram no bojo da transferência da Família Real, em 1908, pra cá. Esses viajantes ficaram abismados com a quantidade de riqueza, as toneladas de ouro, diamantes e prata. Tudo seguiu para a Europa e não só empobreceu aqui, mas também destruiu grandes áreas de mata, solo, há testemunhos de mudanças de cursos de rios. Ouro Preto, por exemplo, era a maior cidade do Brasil na primeira metade do século 18. A cidade foi definhando e hoje é um ponto histórico que teve que ser protegido pela Unesco. Aí também há uma transferência de capital. Quando Ouro Preto não tinha mais riqueza, inventaram de planejar uma cidade, a primeira de grande porte: Belo Horizonte, que passou a ser a sede do governo estadual. Em Goiás, por exemplo, a capital era Goiás Velho, foi transferida para Goiânia. Olinda também definhou. Isso é muito frequente no caso brasileiro.

Adverso – O que é a cidade cidadã?

Barbara Freitag – A cidade cidadã pressupõe educação, principalmente educação para cidadania. John Dewey dizia "nós temos que praticar a democracia a partir das famílias em casa". O caso brasileiro é diferente, somos marcados pelo patriarcado e as escolas continuam até hoje bastante autoritárias. No Brasil, a educação só se tornou universal na República. Se você opta por ser educador, tem que ter uma visão de sociedade democrática, que vise o bem comum. Existem mil iniciativas, o Paulo Freire é um gênio brasileiro que valorizou o aprendizado na prática, no cotidiano, o operário que cria sua própria consciência social e maneira de aprendizado. O Brasil teve um presidente como o Juscelino Kubitschek bastante aberto, que quis montar uma cidade democrática e cidadã. Acontece que essa cidade foi povoada por cidadãos que vieram basicamente do Rio de Janeiro, as élites cariocas para ocupar os cargos de mando. E os eleitos. Os pobres do Nordeste foram os construtores. Aí veio a elite com seus padrões de riqueza, de bem-estar, de senhores que mandam. Eles que eram senhores das grandes fazendas do café. E do Nordeste vieram as pobres vítimas de secas e de uma pauperização histórica. Brasília não deslanchou para a democracia plena. Brasília foi tomada pelo Golpe Militar e a retomada da democracia só aconteceu depois de 1985. Um dos erros do Lúcio Costa e do Oscar Niemeyer era achar que arquitetura pode mudar a sociedade. E não muda. Você pode ter uma sociedade muito democrática sem grandes prédios e sem grandes monumentos que a representem, que foi um pouco a intenção de Brasília. A cidade vai se criando a partir de baixo, os interessados lutam por seus direitos e é isso que cria um compromisso com a democratização efetiva da sociedade brasileira. Em "Teorias da Cidade" eu mostro que nem toda revisão das pesquisas dá conta de uma solução para os problemas do Brasil. É uma das coisas que eu discuto, é importante ver a dimensão dos problemas, que são muito diferentes mesmo dentro da América Latina.

Adverso – Como os espaços públicos contribuem na construção da cidadania?

Barbara Freitag – Eu sou muito fã de um autor chamado Peter Hall que escreveu "Cities in Civilization", acho que não foi traduzido para o português. São cinco grandes partes do livro em que ele procura verificar o que faz de uma cidade um lugar culturalmente de destaque. Ele lembra de Atenas, onde o teatro ficou famoso, superou todas as épocas e até hoje nós encenamos "Antígona" ou "O Édipo". Claro que não só, mas foi por um ato cultural que a cidade ficou conhecida, por uma prática inclusiva democrática porque o teatro era visto como um centro de formação do cidadão, de catarse de emoções e de prazer estético. Só que Atenas era uma cidade pequena comparada às nossas megalópoles e ele dá outros exemplos. Florença, uma cidade que na Renascença criou maravilhas da arquitetura, da pintura e Dante, com sua Divina Comédia. A gente sempre debate o quê faz o quê. O grande nome do artista que faz a cidade ou a cidade em cujo ninho ele se formou e gerou cultura? Viena foi a cidade que inventou a valsa, que tornou a valsa um bem comum da Humanidade.

Existe uma espécie de parceria entre a cidade e a cultura. A cultura é o grande imã que atrai as pessoas. Paris é uma cidade que atraiu artistas como Picasso, Modigliani, da Vinci. Cidades podem atrair pensadores, artistas e filósofos. E a cultura faz a cidade, ela não esbanja dinheiro, ela atrai dinheiro. Um centro cultural, um teatro, uma área nobre, a revitalização de centros urbanos historicamente valiosos e culturalmente interessantes. O que seria de Porto Alegre sem a casa de cultura Mario Quintana? A ligação cidade e cultura é fundamental para dar à cidade um estatuto. Peter Hall destaca aquilo além do cotidiano comum, onde as pessoas nascem, comem, transam, trabalham e morrem. Se for só isso, é muito chato. O interessante é produzir algo além da mera reprodução da vida e do cotidiano. Aí a cultura entra como grande fator extraordinário. Barcelona privilegiou a arquitetura de Gaudí. E isso tudo é uma forma de educação para a cidadania.

O dramaturgo Bertolt Brecht veio de Augsburg para Berlim nos anos 20 e transformou o teatro em um teatro político. A cidade de Londres para mim é campeã desde Shakespeare. Ele foi um educador, a população que ia assistir às peças no Globe Theatre pagava um valor de mais ou menos dois pãezinhos, as mulheres iam com as roupas de trabalho e o teatro se sustentava com a entrada. O Globe transformou a sociedade inglesa, que era extremamente aristocrática e conservadora. O teatro sempre foi formador de consciência política e cidadã. A cidade e a cultura estão ligadas, o que não quer dizer que isso teria funcionado sem a economia.

Adverso – E como garantir que a cultura não seja engolida pelo fator econômico e os espaços públicos acabem privatizados?

Barbara Freitag – Eu acompanhei muito a elaboração da Lei Rouanet, e você não pode deixar o espaço cultural na mão da iniciativa privada. O público já está, vamos dizer, condicionado. Esses grandes empresários, às vezes, querem se beneficiar da lei de incentivo à cultura federal de formas que não deveriam ser autorizadas. No meu entender, deveriam existir subsídios porque é muito precário o orçamento federal para a cultura brasileira. Até

acho que os últimos ministros conseguiram investir mais em cultura, mas na época em que a Lei Rouanet foi criada, a cultura era 0,01% do orçamento. A Lei está baseada em renúncia fiscal ao Estado. Então, a empresa não paga imposto sobre aquele valor que ela financia. A cultura sai com o logotipo da empresa, é um ganho. O Estado não tira do bolso, mas ele deixa de receber o imposto. Acho que nos orçamentos municipais e estaduais a cultura deveria ter um valor maior. Sabe qual um dos maiores problemas desde o início da lei? No Brasil, a sonegação fiscal é de tal ordem que os caras riem na cara de quem dissesse que queria fazer um filme. Nelson Pereira dos Santos, que filmou a vida do Sérgio Buarque de Holanda, chegava lá e pedia apoio da empresa e eles diziam "olha, sonegando a gente paga muito menos. Por que eu vou financiar o teu filme pra isso?"

As cidades também precisam ter um controle da arrecadação de impostos para que não deixem passar casos que não se enquadrem em benefício à cultura. Uma cidade que atrai pessoas interessantes tem mais visibilidade. O Fórum Social Mundial foi uma grande coisa para Porto Alegre. São Paulo reformou o Teatro Municipal, montou a Bienal, onde no começo ninguém queria expor seus quadros e hoje é um grande evento. O estado tem que preservar a cultura que não interessa às empresas. O patrimônio histórico, por exemplo, tem que entrar no orçamento geral porque ele vai preservar algo que vai deixar lembranças. Eu estou hospedada no Hotel Plaza São Rafael. Descobri ontem que ele foi construído em cima do terreno do colégio onde estudei quando vivi aqui em Porto Alegre. Você pode imaginar as minhas lembranças do colégio e agora eu entro em um hotel que existe igual em todo mundo. O meu passado foi apagado com a demolição do colégio. A igreja São José, ali em frente, eu reconheci. A primeira igreja luterana de Porto Alegre também foi demolida, na qual casaram minhas irmãs e onde aconteceram missas de enterros da minha família. Quando menina eu saía da escola e passava nas lojas Renner. Ali, no segundo andar, tinha um cineminha, eu ficava uns dez minutos e depois dava no pé para pegar meu ônibus. Cadê o prédio? Disseram que queimou.

Um exemplo positivo é Salvador. O Pelourinho tava quase caindo, ali era a residência dos grandes proprietários de fazendas. Moravam todos naquelas áreas, as casas e os sobrados eram maravilhosos. Quando a área estava altamente depredada, foi um esforço enorme restaurar com apoio do Município, do Estado, do Governo Federal e da Unesco. A restauração ficou tão bonita que, quando estive lá, mais ou menos no final dos anos 90, parecia mais bonito que Lisboa.

De volta para casa

LUTA ANTIMANICOMIAL

João Gonçalves dos Santos viveu durante 30 anos internado em um hospital psiquiátrico. Os vínculos familiares e até a lembrança do nome de qualquer parente foram perdidos. No entanto, a experiência de abandono e maus tratos não conseguiu apagar dos olhos de João a centelha da curiosidade. Ele sempre mostrou particular interesse em aprender a ser garçom, ficou conhecido por servir as mesas e as pessoas onde quer que estivesse. João saiu do hospital em janeiro de 2004 para viver numa residência terapêutica e chegou a fazer o curso de formação de garçons oferecido pelo Hotel Senac/Grogotô, na cidade mineira de Barbacena. Depois de pequenos "bicos", Santos exibiu oficialmente sua gravata borboleta pela primeira vez ao dividir, com outros dois companheiros, a responsabilidade de ser garçom oficial das mesas redondas durante o II Festival da Loucura, no ano passado.

Histórias como a de João rechearam as duas mostras que Porto Alegre recentemente sediou, na Usina do Gasômetro. "Memória da Loucura" e o "Programa Fotográfico de Volta para Casa", iniciativas do Ministério da Saúde, resgataram os últimos 150 anos de trajetória da psiquiatria no Brasil. Um panorama histórico dos tempos imperiais até a Reforma Psiquiátrica, que mostra as diversas formas de tratamento. E ainda uma seleção de fotografias inéditas dos acervos dos hospitais psiquiátricos do Rio de Janeiro e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), além de documentos históricos do século 19, do Hospício de Pedro II.

Segundo Analice Palombini, professora do Instituto de Psicologia da Ufrgs "a mostra Memória da Loucura está casada com a mostra fotográfica do De Volta para Casa. A forma como a loucura é tratada desde o século 18 é uma história universal". Doutora em saúde coletiva pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Analice coordena o Programa de Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública, vinculado ao Instituto de Psicologia da Ufrgs. O Programa começou em 1996, junto aos CAPS/CAIS (Centro de Atenção Psicossocial e Centro de Atividades Integradas em Saúde Mental), da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, e consolidou-se como projeto continuado de extensão universitária. É uma

das diversas iniciativas das universidades que pensam o que fazer pós luta antimanicomial.

Articulado à experiência de estágio curricular, em parceria com serviços da rede municipal e estadual de saúde, o projeto tem como meta garantir a construção de novos modos de encontro entre a instituição de atendimento em saúde mental e seus usuários. Ou seja, que a clínica acompanhe os sujeitos no seu cotidiano, "favorecendo a sua circulação social e a ampliação de seus laços e possibilidades de vida", como explica Analice. A cada ano, o projeto reúne grupos de estudantes do curso de psicologia que, ao longo de dez meses, realizam acompanhamento terapêutico de um usuário dos serviços de saúde mental da rede pública conveniados ao projeto.

Analice sublinha a importância de todas as iniciativas que a Ufrgs desenvolve atualmente no sentido de criar uma rede substitutiva ao confinamento. "Essas pessoas foram privadas dos inúmeros gestos que constituem um cotidiano de vida. São heróis de uma resistência porque mantiveram algum desejo pelo mundo. Para elas, voltar para casa significa voltar para uma vida de relações. A casa é um espaço de relação com a cidade. É a volta à possibilidade de encontro com o outro". Segundo ela, os trabalhadores de saúde mental também

vieram de uma longa internação nos hospitais psiquiátricos e são eles que agora estão se aventurando a inventar uma nova forma de cuidar. "Isso não está dado, está sendo inventado", explica.

O "De Volta para Casa", criado pelo Ministério da Saúde, é justamente o programa que está formulando a reintegração social das pessoas egressas de longas internações em instituições psiquiátricas. "A idéia de hospício surgiu com a Revolução Francesa, em uma idéia de liberdade, igualdade e fraternidade. De permitir o retorno das pessoas a um contrato social, mas essa idéia é fracassada de saída", diz Analice. A estratégia segue recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e é abraçada de diversas formas pela Universidade. A vontade é reverter gradativamente um modelo de atenção centrado na referência à internação em hospitais especializados por um modelo de atenção de base comunitária, consolidado em serviços territoriais e de atenção diária. "Essa história não é específica do Brasil, ela atravessa a história. Os primeiros hospícios aqui surgiram no final do século 19, com o crescimento das cidades. A função importante da memória deste processo é uma construção histórica e essa exposição mostra que há outras formas possíveis de tratamento", resume Analice.

Potência mental

O coletivo de rádio que recebe este nome existe desde 2006 e é mais um dos projetos na qual a Ufrgs se envolveu. Um grupo de residentes em Saúde Mental do Ministério da Saúde iniciou uma intervenção na Rádio Comunitária Lomba do Pinheiro, com usuários de serviços da rede substituta de Porto Alegre. A experiência foi inspirada nos trabalhos das rádios La Colifata, de Buenos Aires, e Nikosia, de Barcelona. Em 2007, o Coletivo Potência Mental não chegou a produzir programas, mas seguiu discutindo a questão e pensando intervenções. "A experiência na Rádio da Lomba do Pinheiro fundou um lugar para a discussão da Saúde Mental naquela comunidade. Mesmo sem a permanência do Coletivo, o espaço se manteve aberto para o programa, sendo então sustentado por trabalhadores e usuários do Residencial Terapêutico Morada São Pedro. Neste ano, o Coletivo recebe novos atores e de outras áreas, enriquecendo o grupo, e o programa voltou a ser exibido na Rádio da Lomba do Pinheiro", explica.

Cinema em Debate

Ligado ao Instituto de Psicologia, é uma iniciativa do CAIS Mental Centro, em que os usuários dos serviços de saúde mental vão ao cinema e conversam, após a sessão, sobre o filme que assistiram. "Ir ao cinema torna-se, nesse caso, uma forma potente de habitar a cidade, de compartilhar os seus espaços públicos. O Instituto também tem tido uma participação em projetos de educação continuada dos trabalhadores de saúde mental, e em especial dos Serviços Residenciais Terapêuticos", explica Analice Palombini.

Salão de Iniciação Científica

Estão abertas as inscrições para apresentação de trabalhos no XX Salão e XVII Feira de Iniciação Científica. Os eventos serão realizados entre 20 e 25 de outubro de 2008, no Campus Central. Entre os objetivos do Salão de Iniciação Científica estão os de incentivar a participação de estudantes de graduação em atividades de pesquisa, contribuir para a formação de recursos humanos e criar um espaço para a troca de informações sobre as pesquisas realizadas em todas as áreas. Mais informações pelo telefone 3308-3385 ou através do www.propesq.ufrgs.br/sic2008.

Bibliotecas Escolares

A Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) recebe inscrições para o curso de Especialização em Bibliotecas Escolares e Acessibilidade (EBEA), que será realizado no período de julho a dezembro de 2008, em nível de Pós-graduação Lato Sensu, na modalidade de ensino à distância. O curso será desenvolvido através de oito módulos presenciais e à distância, versando sobre as tecnologias da informação, mídias na biblioteca escolar, gestão da qualidade ambiental, informação, cidadania, leitura e formação do leitor, desenvolvimento de recursos e serviços, pesquisa escolar, acessibilidade, inclusão informacional, social e digital, entre outros temas. Poderão inscrever-se bibliotecários, professores e demais interessados com curso de graduação completo. Mais informações pelos telefones 3308.5143 e 3308.5067, pelo e-mail ebea_ead@ufrgs.br ou diretamente na Fabico (Rua Ramiro Barcelos, 2705, sala 506).



Este espaço foi criado para mostrar o cotidiano nos Campi da Ufrgs. Envie sugestões de tema e questões que envolvam a comunidade universitária para imprensa@adufrgs.org.br

INFORME JURÍDICO

Sentença acolhe pedido de pagamento de licenças-prêmio

A Juíza Federal Paula Beck Bohn, da 2ª Vara Federal de Porto Alegre, acolheu o pedido formulado pela Adufrgs, através de ação coletiva, para que a Ufrgs fosse condenada a indenizar os aposentados pelos períodos de licenças-prêmio não gozados ou não convertidos em tempo de serviço. A ação, movida em agosto de 2006 pela assessoria jurídica da Adufrgs, beneficia seus associados que se aposentaram sem usar a licença-prêmio. É o caso de professores que possuíam tempo de serviço suficiente para se aposentar e que, em atividade, não puderam gozar licenças. Beneficia, também, os aposentados por invalidez com proventos integrais, já que para estes, é dispensada a contagem do tempo de serviço. Embora tenha acolhido o pedido, a sentença impôs algumas limitações, sendo a principal delas a prescrição: de acordo com a sentença, o processo beneficia apenas os aposentados há menos de cinco anos da data do ingresso da ação. A assessoria jurídica da Adufrgs está preparando um pedido para que a Juíza esclareça se este prazo começa na data de publicação da portaria de aposentadoria ou se apenas após sua homologação pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Na última hipótese, aumentaria o leque de professores beneficiados pelo processo. O próximo passo é a apreciação deste pedido de esclarecimentos pela própria juíza. A partir daí, o processo será enviado ao Tribunal Regional da 4ª Região para apreciação dos recursos que certamente serão interpostos.

(Fonte: Assessoria Jurídica da Adufrgs)

Reajuste maior de aposentados perto do plenário

Assessores jurídicos da Câmara não conseguem encontrar vícios na reunião que aprovou matéria em comissão especial.

O aumento mais generoso para as aposentadorias maiores que um salário mínimo está perto de ir para o plenário da Câmara. E a esperança dos defensores do reajuste é que, constrangidos, os deputados não arrisquem negar um aumento desses para seus eleitores este ano. Se aprovado na Câmara, o Projeto de Lei 1/07 vai à sanção do presidente Lula, que tem o poder de vetar o benefício.

Uma emenda à proposta já aprovada no Senado e em uma comissão especial na Câmara equipara o aumento dos aposentados que ganham mais de R\$ 415 ao daqueles que ganham apenas um salário mínimo. O reajuste da menor remuneração nacional foi de 9,1%, enquanto do restante dos inativos e pensionistas foi de 5%. Dados do Ministério da Previdência mostram que as contas públicas terão um impacto aproximado de R\$ 4,5 bilhões por ano caso o projeto seja sancionado por Lula.

Os assessores jurídicos da Casa não terminaram o parecer que entregará ao presidente da Casa, Arlindo Chingalia (PT-SP), a quem cabe decidir, sozinho, se o assunto vai a plenário ou volta à comissão para ser analisado de novo. Eles ainda vão terminar de ouvir as fitas das reuniões no plenário e na comissão especial, mas sinalizam que a manifestação será pela legalidade do processo.

Segundo cálculos da Consultoria Legislativa do Senado, o aumento linear para todos os aposentados custaria R\$ 3,5 bilhões aos cofres públicos entre março e dezembro de 2008. Em todos os anos, o impacto seria de R\$ 4,54 bilhões, número próximo do valor calculado pelo Ministério da Previdência.

Há uma discussão na Câmara de que o aumento deveria ser maior apenas para os aposentados que ganham até três salários mínimos. Nesse caso, os custos adicionais seriam de R\$ 1,9 bilhão, de acordo com estimativas da Consultoria do Senado. (Fonte: Congresso em Foco)

Funpresp

A regulamentação da Emenda Constitucional 41, que instituiu a Reforma da Previdência, vai colocar em prática um novo regime para o pagamento de aposentadorias e pensões dos futuros servidores federais. Na teoria, a mudança vem desde 2003, mas até hoje não vale de verdade por falta de uma definição para o funcionamento do novo sistema.

A Emenda 41 cria a Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal), para a qual os funcionários vão contribuir para receber complementações em seus benefícios previdenciários. O governo, que atualmente arca com o valor total de aposentadorias e pensões, vai passar a pagar somente a parcela correspondente ao teto do INSS, atualmente de R\$ 3.038,99.

A Funpresp deverá atender os servidores federais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, reafirmou que os atuais servidores e os que ingressarem antes da criação do fundo não serão enquadrados na nova regra. "Eles não são contribuintes do fundo de previdência complementar, a não ser que queiram. Eles poderão voluntariamente se submeter ao teto do INSS e participar do fundo de previdência complementar, se assim o desejarem. Caso façam isso, terão uma forma de indenização pelo tempo em que contribuíram acima do teto do INSS", disse. Ainda segundo Schwarzer, a mudança vai trazer igualdade entre os trabalhadores dos setores público e privado, além de reduzir os custos da previdência do funcionalismo federal. (Fonte: O Dia)

ADUFRGS 30 ANOS

Da luta contra a Ditadura à defesa dos interesses docentes

Confraternização pelos 30 anos da Adufrgs, no dia 17 de junho, reuniu novos e antigos associados, ativos e inativos, confirmado o caráter plural e agregador da associação. Horas antes, a entidade recebeu homenagem da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, ocasião em que o deputado Raul Pont relembrou vários momentos da Adufrgs, desde a fundação até os dias atuais. A partir desta edição, a revista Adverso reconta, através da memória dos professores, histórias que fizeram a

História da Adufrgs ao longo destas três décadas.

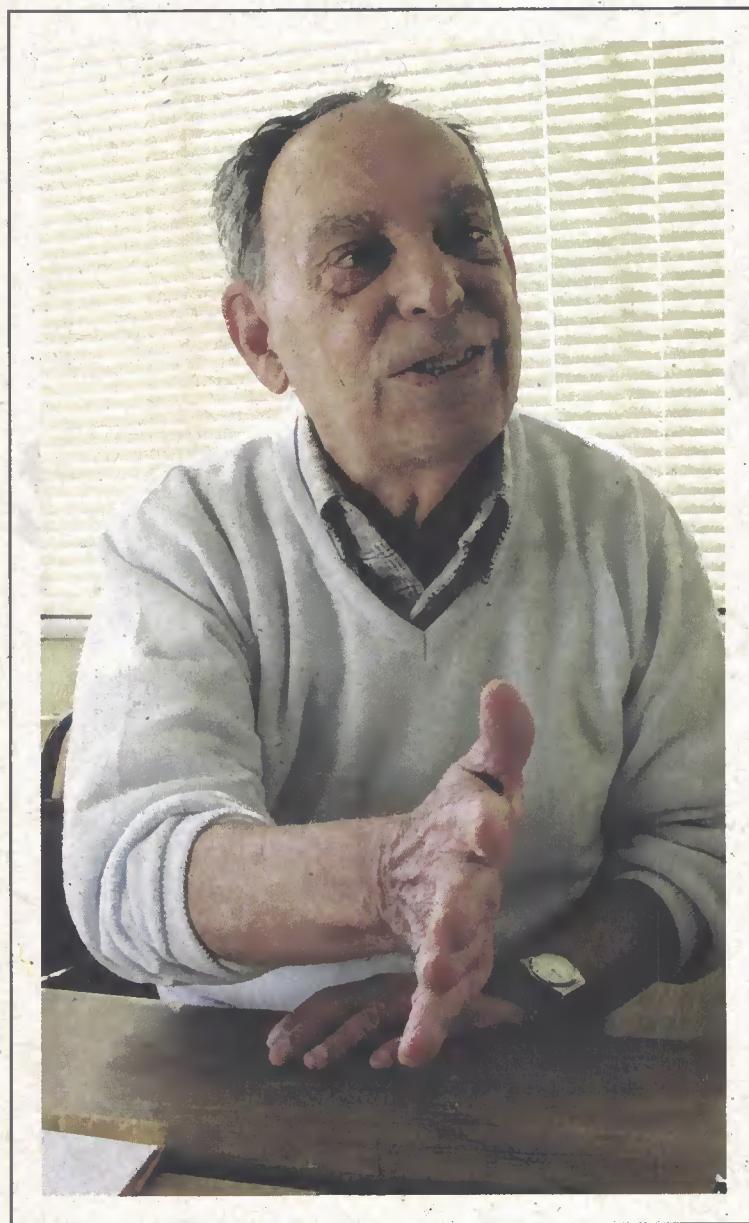
por Maricélia Pinheiro
fotos Clarissa Pont



Sete dos nove membros da primeira diretoria da Adufrgs, durante o coquetel de comemoração dos 30 anos da entidade: Maria Assunta Campilongo (IFCH), Aron Taitelbaum (Instituto de Matemática), Lorena Helzmann (IFCH), Lívio Amaral (Instituto de Física), José Fraga Fachel (IFCH), Luiz Alberto Miranda e Carlos Schmidt (Faculdade de Ciências Econômicas).

“Nossa diretoria procurou trabalhar em forma de colegiado, onde todos tinham o mesmo poder”

Professor aposentado do IFCH, José Fraga Fachel carrega a modéstia como marca registrada. Atrás dela, mas nem tão escondidos assim, estão o bom senso, o equilíbrio emocional, a fala crítica – sem ser ácida – e bem fundamentada. E foi justamente a mistura de todas estas características que o levou ao cargo de presidente da Adufrgs, naquela tarde chuvosa de 1978. Ao recordar aqueles primeiros tempos, a timidez dá lugar a um largo sorriso.

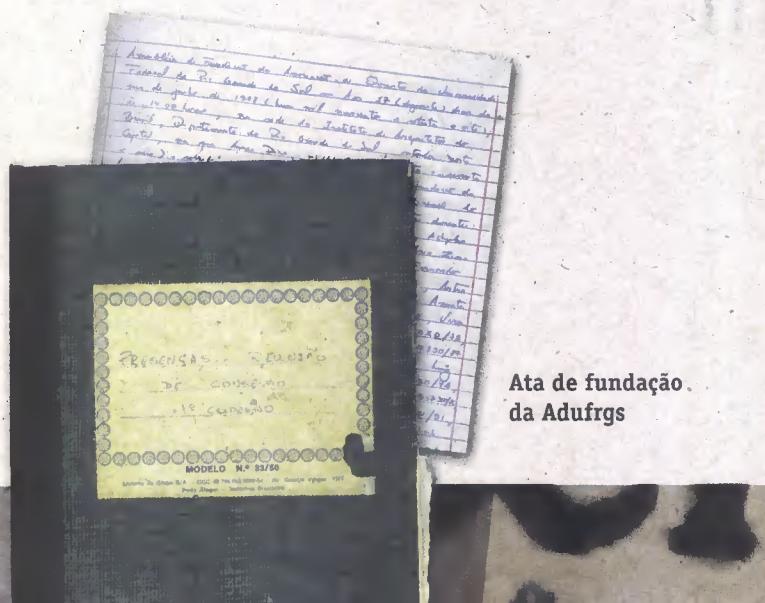


Sem hierarquia

“O voluntarismo da época me lembra a canção do Vandré ‘quem sabe faz a hora, não espera acontecer’. Nossa diretoria procurou trabalhar em forma de colegiado. Não havia uma hierarquia definida, todos tinham o mesmo poder. Sempre achei que essa coisa de presidente, essa hierarquia acentuada, não era bom. Acho que isso aconteceu porque quando ingressei na universidade como colaborador, houve uma conferência na Faculdade de Ciências Econômicas e, na ocasião, sentei-me na primeira fila para ouvir melhor. Aí chegou um secretário e me disse: ‘o senhor é colaborador e deve sentar lá no fundo, a primeira fila é para os titulares’. Na diretoria da Adufrgs, acho que isso inconscientemente estava presente, daí a idéia de um colegiado; onde todos tivessem a mesma participação e o mesmo poder. E assim funcionou muito bem”

Os desafios do presente e para o futuro

“A Adufrgs precisa ficar atenta a tudo que acontece fora, para que uma ditadura não volte a acontecer, com tortura, desaparecidos e tudo mais. Digo isso porque por esses dias ouvi na TV uma pesquisa de opinião, que apontava como instituições nas quais as pessoas mais confiavam – provavelmente o setor majoritariamente consultado deve ter sido a classe média – as Forças Armadas, a Igreja e a Polícia Federal. Quando ouvi isso me lembrei de tudo que aconteceu naquele tempo”



Ata de fundação da Adufrgs

“A escolha do Fachel para presidente se deu pelo respeito”

Recém-saído da prisão e movido pelo mesmo desejo de milhares que queriam o fim do regime militar, Luiz Alberto Miranda, professor da Faculdade de Economia da Ufrgs, militante da esquerda e filho de oficial do Exército, estava lá no dia 17 de junho de 1978. Ele não só assinou a ata de fundação da Adufrgs, como tomou parte da diretoria provisória. Um entre tantos que fizeram e fazem a história da entidade, pode-se dizer que ele se destaca, especialmente, quando busca os primórdios nos arquivos da memória. As lembranças vão se atropelando, carregadas de emoção e parênteses.

A prisão

“Em 1977, eu havia saído de uma “cana” política. A cada ano, no mês de março, a polícia prendia um grupo em cada estado. Começou pelo Rio de Janeiro. Em 76, quando prenderam gente em Santa Catarina, eu brinquei dizendo que, no próximo ano, seria aqui no Rio Grande do Sul. Eu brincava com as pessoas e não imaginava que aconteceria comigo.

Havia um esquema de contrabando muito seguro, cuja rota passava pelo Rio Grande do Sul e por onde saíam pessoas perseguidas pelo regime. Eu não fazia parte de nenhuma organização, até porque sendo filho de militar, eu sabia dos esquemas de segurança. E sabia como era frágil o trabalho da esquerda. Era completamente amador. Mas eu tinha amigos em várias organizações. E nessa sequência da repressão que veio do Rio de Janeiro, muitos desciaram para o Rio Grande do Sul para tentar fugir. Hospedei muita gente na minha casa, por uma, duas semanas, o quanto fosse necessário.

Quando o cara é preso e torturado, ele resiste até onde dá. Na hora de ceder, entrega nomes que estão na periferia dos esquemas. Essa é a forma técnica de deixar a polícia confusa. Como eu não fazia parte da organização, meu nome foi entregue por vários desses caras. E a repressão pirava, porque eu não era de organização e ainda por cima filho de militar. Fiquei sabendo disso 10 anos depois, por um coronel amigo do meu pai que me disse: ‘você deu um nó no nosso serviço de inteligência’.

Eles estiveram na minha casa e decretaram prisão domiciliar. Isso foi mais ou menos 5 da tarde e, naquela noite, haveria uma atividade, promovida pelo DCE da PUC. Peguei um táxi, saí voando, cheguei atrasado e pedi ao pessoal para ser o último. A polícia bateu lá em casa e minha cabeça está uma tela em branco, justifiquei. Eu nunca vi o auditório tão cheio, gente saindo pelo ladrão. Avistei os caras que tinham estado lá em casa horas antes. No dia seguinte, encontrei com um amigo que tinha estado na França e fomos almoçar no Pampulha. Liguei para casa e só dava ocupado. Na quarta vez, atenderam e desligaram. A polícia estava lá! Escreveram no jornal que a polícia havia estourado um ‘aparelho’. Como a casa estava alugada em meu nome, eu era tecnicamente o responsável. Tinha aí duas alternativas: ou saía por esta rota segura ou me entregava. Mas se eu fugisse, estaria dando razão à repressão. Fui me entregar, acompanhado do meu pai e de meu advogado”

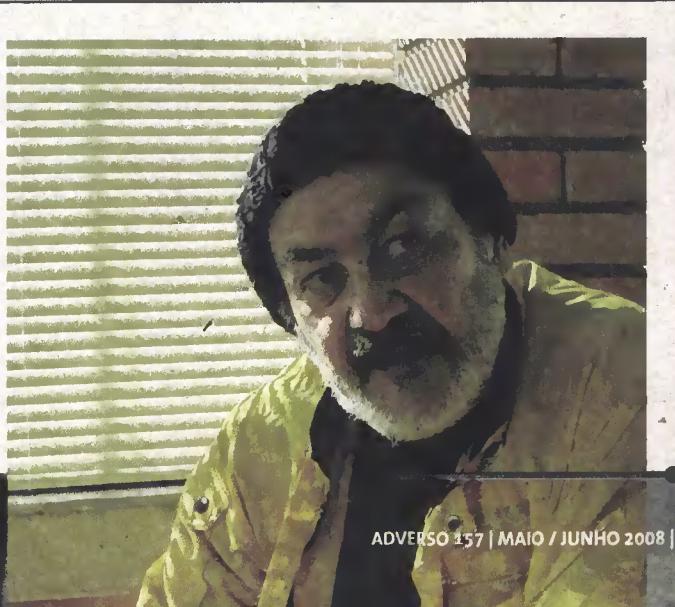
A passeata de 1977

“Desde 1968, não havia uma passeata como aquela de 77, que de uma certa forma precedeu nossas reuniões para formação da Adufrgs. O movimento começou na Arquitetura, até porque havia muita gente dali que havia sido expurgado, como o Demétrio (Ribeiro), a Enilda (Ribeiro), o (Carlos) Fayet, entre outros. A lista de fundação da Adufrgs passou em uma reunião na Arquitetura.

A escolha do Fachel para presidente se deu pelo respeito. Ele havia sido professor de muitos de nós, inclusive eu, e era um cara muito equilibrado. Tinha uma fala cifrada, mas não enigmática. Porque havia uns que eram contra o regime, mas que de tanto medo não se pronunciavam devidamente. Ele era um cara ponderado e nos ensinava isso. A gente se dava conta que nossa fala, muitas vezes, era ‘porra louca’, quando ouvíamos o Fachel falar. No debates internos ele nos alertava: ‘olha o vanguardismo, vamos hierarquizar objetivos’. Faz parte da modéstia do Fachel, qualidade que o torna confiável, dizer que aceitou ser o primeiro presidente da Adufrgs porque ninguém o queria ser”.

O aspecto anímico da greve

“Do ponto de vista anímico, a greve foi um momento muito interessante, porque abriu espaço para que as pessoas pudessem se expressar, pudessem se conhecer, estabeleceu a oportunidade para que os professores se dessem conta de que ali estava se construindo uma identidade de classe funcional. A impossibilidade de expressão, naquela época, era sufocante. E a possibilidade de existir quem falasse por elas foi muito bem aceita”



“Nos primeiros anos, o trabalho da Adufrgs se concentrou em agregar mais pessoas”

Membro da primeira diretoria da Adufrgs, Maria Assunta Campilongo Zanfeliz, hoje professora aposentada do IFCH, abre o baú do Movimento Docente na Ufrgs e conta um pouco de como foi o antes, o durante e o depois. Ela recorda com carinho os primeiros tempos, as dificuldades das mais diversas naturezas – mas que em nenhum momento serviram de argumento para enfraquecer a luta – e aponta como saída para a crise que se instalou no Movimento Docente, a despartidarização dos sindicatos.

O cenário

“Em 1977 já haviam acontecido alguns movimentos importantes e os sindicatos começavam a se desenhar. Encontramos no Congresso da SBPC daquele ano, na USP, muitas pessoas que pensavam em se organizar em sindicatos locais. Na verdade, falava-se em associações, porque servidores públicos não podiam ter sindicatos. Constatamos que a idéia surgia em várias universidades ao mesmo tempo, sem que tivesse havido qualquer contato. Não havia nitidez quanto à forma da organização que seria criada, mas era clara a necessidade de se criar uma representação dos professores, de nos reunirmos para discutir os problemas”

Acho que tudo começou mesmo com as comissões dentro das universidades, organizações por local de trabalho e não por categoria. Isso aconteceu entre os metalúrgicos do ABC. O Movimento Sindical ressurgia. Nas universidades não havia uma experiência sindical anterior ao Golpe de 64, mas houve um Movimento Estudantil muito vigoroso e uma quantidade muito grande de professores que apoiou a greve dos estudantes pela paridade nos órgãos colegiados da Universidade (1962/1963). Havia uma tradição de luta. Mas o embrião do Movimento Docente surgiu nas reuniões da SBPC, que era o único espaço, naquele momento, possível de nos encontrarmos para discutir política. A SBPC sempre deu espaço para este tipo de discussão, até porque a entidade tinha uma visão bem crítica à Ditadura”

A fundação

“Quando voltamos da SBPC, o grupo decidiu continuar se organizando para ver o que podia ser feito na Ufrgs. Não tínhamos qualquer canal de expressão. Esse grupo, inicialmente, era de sete ou oito professores. Outros foram se chegando... Nessa época, várias universidades já tinham associações de docentes ou estavam se organizando para isso. Quando fundamos a Adufrgs havia uns quarenta e poucos professores. Muita gente se retirou, por achar que nosso grupo tinha idéias radicais. Nos dois primeiros anos, o trabalho da Adufrgs se concentrou em agregar mais pessoas, pois éramos um grupo pequeno e muito jovem, com exceção do Fachel (José Fraga Fachel, primeiro presidente da Adufrgs). Ele foi uma pessoa muito importante nesse processo,

principalmente porque deu credibilidade ao grupo”

A primeira greve

“A Universidade, naquele momento, era um reduto elitista e grande parte dos professores tinha um discurso de que professor não era operário e, por isso, não devia fazer greve. Mas muitos que tinham essa postura no início, depois foram em assembleias defender greve. As grandes assembleias de greve aconteceram na Faced, na Arquitetura, na Medicina e no salão de festas da Reitoria. A greve de 1980 chegou a reunir cerca de 1.500 professores em assembleia, registrou altos índices de adesão e trouxe mais de 300 novos associados para a Adufrgs. Foi o reconhecimento da associação como instrumento de representação dos professores”

A partidarização

“No início da formação, nós éramos de esquerda apenas, não compactuávamos com o regime militar. A partidarização veio depois, com a abertura política e o surgimento dos partidos. O Movimento Docente foi gradativamente passando da base para a articulação partidária, para a articulação sindical, para o Parlamento. No meu entender, isso é muito ruim. Deveria haver uma separação: partido é partido, sindicato é sindicato”



Herdeira da luta contra a ditadura

Fundada no dia 17 de junho de 1978, a Associação de Docentes da Ufrgs nasceu como herdeira de uma história de mais de 10 anos de resistência e de enfrentamento ao Regime Militar, protagonizado por muitos professores e estudantes da universidade nas memoráveis jornadas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da luta pela anistia política em nosso País.

A dura perseguição ideológica e a repressão dentro da universidade foram denunciadas, desde 1964, por intelectuais, professores e estudantes até mesmo nas passeatas de calouros, quando os estudantes da antiga Faculdade de Filosofia iam às ruas para denunciar e resistir ao regime de exceção, como foi o caso da peça "Liberdade, Liberdade", em 1966.

A agressão, prisão e morte de estudantes, a cassação de presidentes eleitos dos centros acadêmicos, o fechamento e a proibição da UNE e das UEEs compunham esse cenário sombrio que exigia novas formas de organização do movimento dos docentes e dos estudantes da universidade.

Em 1964 e depois, em 1969, após o AI-5, dezenas de professores foram cassados e expulsos da universidade federal na sequência que também atingiu centenas de professores e estudantes nas universidades brasileiras. Uma década de censura, obscurantismo e repressão, que se constituiu no oposto do espírito e da razão de ser da universidade.

Naquela oportunidade - 1964 -, profissionais com a qualidade dos professores Antonio Santos Flores, Ernani Maria Fiori, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Luis Fernando Corona, Antonio de Padua Ferreira da Silva, Armando Temperani Pereira, Cláudio Accurso, Antonio Ajadil de Lemos, Ápio Cláudio de Lima Antunes, Brasil Rodrigues Barbosa, Hugolino Andrade Uflacker, Demétrio Ribeiro, Emilda Ribeiro, Edgar Graeff, Edvaldo Paiva, Nelson Souza e tantos outros foram atingidos por atos de exceção e perderam sua condição de professores da nossa universidade.

Depois do AI-5, em 1969, numa geração em que eu e muitos outros atuamos como protagonistas das lutas estudantis, vimos mais uma onda de grande perda para a nossa universidade, quando foram afastados da instituição os professores Emílio Ripoll, Ernesto Paganelli, Ari Canarin, Carlos Maximiliano Fayet, Angelo Ricci, Gerd Alberto Bornheim, João Carlos Brum Torres, Leônidas Xausa, Ernildo Stein, Joaquim Felizardo, José Pio de Lima Antunes, Manuel Alves de Oliveira, Roberto Buys, Victor de Brito Velho, Carlos Roberto Velho Cirne Lima, Dionísio Toledo, Reasylvia Kroeff de Souza e Maria da Glória Bordini. Esses são professores a quem, neste momento, rendemos a nossa homenagem e o nosso reconhecimento pelo que fizeram pela Ufrgs e registramos o nosso repúdio à perseguição que sofreram e que os levou ao afastamento da nossa universidade.

Outro elemento importante presente na fundação da Adufrgs era a situação do corpo docente da universidade, do qual cerca de 25% dos professores efetivos eram apenas colaboradores ou visitantes. A figura do professor-horista, contratado pela CLT e

não pelo Regime Jurídico Único, também contribuiu para a formação de um quadro docente paralelo na universidade, sem direitos, sem estabilidade e com salários bem inferiores aos dos outros professores.

Essa situação não era exclusiva do Rio Grande do Sul. Era o clima geral no País. Em 1976, após o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, retomaram-se as lutas e foi fundada a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP). Em 1978, além da Adufrgs, quase 20 associações ou comissões pró-associações de docentes surgiram no País.

E foi nesse cenário que, numa tarde chuvosa de junho, no auditório do Instituto de Arquitetos do Brasil, 22 professores fundaram a Adufrgs: Antonio Claudio Núñez, Elida Rubini Liedke, Enno Dagoberto Liedke Filho, João Guilherme Corrêa de Souza, José Fraga Fachel, José Vicente Tavares dos Santos, Lorena Holzmann da Silva, Maria Assunta Campilongo Zanfeliz, Maria Noemi Castilhos Brito e Vera Regina de Aquino Cohen - todos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH); Antônio de Pádua Souza de Salles, Aron Taitelbaum, Artur Oscar Lopes, Jandyra Maria Guimarães Fachel, Luiz Fernando Carvalho da Rocha e Maria Alice Gravina - do Instituto de Matemática; Achyles Barcelos da Costa, Ario Zimmerman e Luiz Alberto Oliveira Ribeiro de Miranda - da Faculdade de Ciências Econômicas; Carlos Schmidt - do Propur; Manoel André da Rocha - da Faculdade de Direito e Maurizio Tazza - do Instituto de Informática.

Na sequência, outros 48 professores assinaram a ata de fundação, com a eleição da diretoria provisória e a posse dos membros do Conselho de Representantes. Compuseram a diretoria provisória os seguintes docentes: José Fraga Fachel, presidente; Manoel André da Rocha, 1º-vice-presidente; Aron Taitelbaum, 2º-vice-presidente; Carlos Schmidt, 1º-secretário; Lorena Holzmann da Silva, 2ª-secretária; Lívio Amaral, 1º-tesoureiro; Maria Noemi Castilhos Brito, 2ª-tesoureira; e, como suplentes, Luiz Fernando Carvalho da Rocha, Maria Assunta Campilongo Zanfeliz e Luiz Alberto Oliveira Ribeiro de Miranda.

Algumas bandeiras marcaram as primeiras frentes de trabalho da associação, como a meta de ampliação do número de associados, a luta pela melhoria das condições de trabalho na universidade e a luta pela necessária democratização da Ufrgs, dando maior transparéncia aos seus mecanismos e instâncias decisórias.

Paralelamente a esse trabalho, mas no mesmo grau de importância, a Adufrgs somava-se a outras associações de docentes na luta pela democratização do País, defendendo propostas como a integração dos docentes afastados das universidades por atos de exceção ou medidas discricionárias.

Em fevereiro de 1979, 34 entidades de todo o País participaram do 1º Encontro das Associações de Docentes Universitários, no qual foi lançada a idéia - entre outras resoluções - de que cada entidade elaborasse uma publicação, narrando as cassações ocorridas nas suas universidades. Assim,

foi publicado o livro "Os Expurgos na UFRGS", que terá sua segunda edição lançada no jantar comemorativo que a associação realizará no próximo dia 28 de junho. Com ele, a associação trouxe a público os ciclos repressivos de 1964 e 1969. A segunda edição traz uma novidade: o nome dos autores, que naquela oportunidade foram suprimidos pelo temor de que pudessem ser atingidos também por alguma censura ou discriminação.

Em 1979, a Adufrrgs realizou a primeira eleição para sua diretoria. A chapa única recebeu 139 votos dos 140 votantes. A primeira presidente eleita foi Rejane Machado Carrion, que no ano seguinte renunciou ao seu mandato, concluído pelo professor José Vicente Tavares dos Santos.

Sucederam-se as diretorias presididas pelos professores Maria Assunta Zanfeliz, Flávio Coulon, Cláudio Scherer e Sérgio Nicolaiewsky – este por dois mandatos –, Fernando Molinos e Renato Oliveira – este também por dois mandatos –, Carlos Schmidt, Rubem Weyne, Maria Aparecida Castro Livi e Eduardo Rolim de Oliveira, atual diretor da entidade e que já está no seu segundo mandato.

Em 1980, 760 associados votaram no primeiro plebiscito promovido pela entidade, e 533 professores disseram que aceitariam participar de uma greve. Nos dias 5 e 6 de novembro, pela primeira vez na sua história, a Ufrgs viveu uma paralisação das suas atividades docentes com a participação de um número significativo de professores.

Em outros Estados, as manifestações dos docentes aconteciam em compassos diferenciados. Diante da necessidade de uma maior sintonia nacional, a associação de docentes da universidade defendeu, juntamente com outras entidades, a criação de uma entidade nacional que centralizasse as reivindicações e as informações dos movimentos de docentes. Surgiu assim, em fevereiro de 1981, a Andes, Associação Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior.

No decorrer dos anos, a Adufrrgs marcava a sua presença não só nos movimentos de docentes universitários, mas no apoio à luta dos estudantes e de outros movimentos sociais, como o dos trabalhadores urbanos e o dos trabalhadores sem terra. Consolidava-se, dessa forma, a associação de docentes como um espaço de reflexão, debate e organização das lutas sociais.

Em 1984, mais uma centena de professores saíram às ruas, defendendo as Diretas Já e integrando-se nas memoráveis manifestações da luta pela democracia no País. A frustração pela não-aprovação das eleições diretas para presidente, somada ao não-atendimento das reivindicações sindicais, levou a uma greve de 84 dias, de maio até agosto daquele ano.

Outra bandeira empunhada pela entidade foi a da eleição direta de todo o corpo dirigente da universidade. A proposta defendida pela entidade, de peso idêntico aos segmentos, de votação por chapas e de realização de segundo turno caso nenhuma das chapas alcançasse 50% mais um dos votos, não passou nos colegiados superiores da universidade, mas era o primeiro passo de uma conquista.

Para garantir o processo eleitoral, a associação concordou em ceder em vários pontos, e o resultado final foi uma consulta prévia para a elaboração de uma lista sextupla para reitor,

submetida aos conselhos superiores e depois encaminhada ao MEC.

A partir daí, o movimento passou a ser de pressão sobre a presidência da República, para que nomeasse o primeiro colocado na lista, respeitando o resultado das urnas. No entanto, o presidente José Sarney optou pelo terceiro colocado, o que desencadeou nova paralisação, de dois dias, na universidade federal, contando com a adesão de mais de 70% dos docentes.

Em 1987, a Greve da Isonomia, como ficou conhecida, durou 44 dias. O ponto de encontro dominical dos grevistas, no Brique da Redenção, combinava esclarecimentos à população com venda de camisetas e rifa de eletrodomésticos para arrecadar fundos para a manutenção da greve.

Em 1988, a entidade criava o seu jornal, o *Adverso* – que completa agora 20 anos de existência –, como mais um instrumento de reflexão crítica sobre a situação da universidade brasileira. Também nesse ano, com a nova Constituição, ficou assegurado o direito à sindicalização dos servidores públicos, e as associações se legitimaram como entidades representativas.

Em 1989, o VIII Congresso da Andes aprovou uma postura de oposição ao governo Sarney e também a sua filiação à CUT, integrando o movimento de docentes na luta geral do movimento sindical brasileiro. As principais reivindicações, nesses momentos, eram más verbas para a universidade, revisão da carreira dos professores, preenchimento das vagas existentes por meio de concurso, aposentadoria integral e a construção, na Câmara Federal, da nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB –, junto com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Como deputado federal, fui protagonista e testemunha da participação do movimento docente na luta pela LDB e do excelente trabalho construído coletivamente na Câmara dos Deputados naquela oportunidade.

Em agosto de 1993, a associação de docentes decidiu por sua filiação à CUT. Uma semana depois, professores e servidores da universidade iniciavam uma nova greve diante do descaso do governo com o funcionalismo público.

Em 1994, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, as universidades públicas passaram a enfrentar as primeiras tentativas veladas de privatização do ensino superior. A necessidade de enfrentar as investidas de apresentar a universidade pública como sinônimo de ineficiência e obstáculo à modernização do País fez com que a associação dos docentes adotasse mecanismos que reforçassem a atuação da entidade. Nesse período, houve a reativação das suas publicações e a compra da sede própria da entidade.

Em 1995, a entidade promoveu um seminário sobre "Um Projeto Político Democrático e Popular" possível no País, reunindo convidados de vários países – intelectuais, governantes e trabalhadores –, indo além de sua função sindical e reivindicatória e estendendo o compromisso da entidade para o conjunto da sociedade, no debate dos rumos da nação.

* Discurso do deputado estadual Raul Pont proferido no Expediente Especial da AL em homenagem à Adufrrgs, referenciado no livro "Adufrrgs 25 anos: história e memórias". Pont foi aluno da Universidade de 1964 a 1969 e de 1971 a 1972.

FÓRUM DE SÃO PAULO

Encontro denuncia guerra preventiva na América Latina

19^a edição do Fórum de São Paulo (FSP) analisou os governos progressistas que atuam hoje no continente e estabeleceu como meta fundamental a solução dos recentes conflitos na Colômbia. A

Adverso esteve em Montevideu acompanhando a reunião de partidos de esquerda.

por Clarissa Pont, de Montevideu

O velho Parque Hotel, inaugurado em 1909 e uma das construções mais impactantes de Montevideu, é, desde 1997, sede oficial do Mercosul. Nos corredores projetados pelo arquiteto Guillermo West, circularam forças de esquerda de todo continente latino-americano durante a 19^a edição do Fórum de São Paulo (FSP). Os países membros do encontro sediado na capital uruguaia (República Dominicana, Brasil, Equador, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Venezuela, Colômbia, Cuba, México, Nicarágua, São Salvador, Guatemala e Uruguai) arejaram perspectivas para a esquerda da América Latina, analisaram os governos progressistas que atuam hoje no continente, e caracterizaram a atuação dos Estados Unidos na Colômbia e a consequente invasão do território equatoriano como política de guerra preventiva.

O Fórum deste ano reuniu mais de 500 representantes de partidos políticos de esquerda do mundo inteiro que debateram as definições do encontro, linhas gerais de agremiações políticas de pouca hegemonia nos dias de hoje. Entre as presenças, destacou-se a participação de Daniel Ortega, presidente da Nicarágua e de Carlos Gaviria, presidente do Polo Democrático Alternativo, principal partido de oposição a Álvaro Uribe na Colômbia. Nos salões do Edifício Mercosul, falou-se em "relançamento" do Fórum, definição que indica a expectativa de utilizar o encontro para estreitar laços e reforçar a união entre os partidos políticos de esquerda da América Latina. Anfitrião da reunião, a Frente Ampla, do Uruguai, lançou um documento a partir da Comissão de Relações Internacionais, que sublinha esta intenção. "A tendência à esquerda na América Latina é destacada por todos analistas políticos em nível mundial, criando condições para avançar e concretizar sonhos tão caros aos nossos povos e partidos, como a construção de uma pátria grande latino-americana".

A vitória de Fernando Lugo nas eleições presidenciais paraguaias, considerada como início da incorporação de mais um país às forças progressistas no mapa político do continente, foi aplaudida e recebeu solidariedade de todos partidos presentes no encontro. Durante a última reunião do FSP, em maio, as divergências no texto produzido para ser a Declaração Final do Fórum, giraram em torno da renegociação

do Tratado de Itaipu e de como tratar as imigrações políticas e econômicas que esvaziam países latino-americanos e, cada vez mais, engrossam a fila de ilegais nos Estados Unidos, Europa e Japão. A comitiva paraguaia conseguiu, no último momento, incluir no documento uma resolução que afirma o FSP como mediador e apoiador do Paraguai nas renegociações de tratados hidroelétricos com o Brasil e a Argentina. O apoio ao governo de Evo Morales também foi sublinhado por diversas vezes durante as reuniões.

O possível envolvimento da iniciativa privada na estatal de energia Pemex foi o assunto da comitiva mexicana presente no encontro. Parlamentares de três diferentes forças de esquerda chegaram a acampar na Câmara e no Congresso em protesto contra a privatização do petróleo no México. O governo vem defendendo que o investimento estrangeiro e privado é a única forma de aumentar a produção e não deixar a Pemex ir para o buraco. "Temos que unir esforços para barrar a privatização do petróleo mexicano. Acreditamos na unidade para construir, a cada dia, por uma segunda independência nos países do continente. Solidariedade e integração para construir uma democracia integrada com justiça e paz", alentou a mexicana Blanca Flor, da Frente Farabundo Martí de Libertación Nacional.

Para o anfitrião do encontro, Jorge Brovetto, "esse é um novo tempo de esperança e de responsabilidade histórica para as organizações políticas de esquerda". O presidente da Frente Ampla relembrou que a quinta reunião do FSP, em Montevideu, teve como cenário o mesmo prédio, o então Parque Hotel, agora Edifício Mercosul. "Tomemos essa coincidência como um símbolo de integração e do processo de transformação que o FSP vem demonstrando há 18 anos na América Latina e no Caribe". Durante discurso, o prefeito da capital uruguaia, Ricardo Ehrlich, também assinalou a tão almejada unidade continental, principalmente na construção da cidadania e para gerar igualdade de oportunidades em todas as sociedades. "Devemos buscar novos pontos de ruptura conceitual que tenham forte valor e que costurem a relação de novas propostas. Isso significa assumir com mais energia que nunca as responsabilidades que dividimos", disse Ehrlich.

UNILA

Comissão começa a dar forma à universidade da integração latino-americana

Os integrantes da comissão de implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) definiram, durante encontro em Foz do Iguaçu, um cronograma de trabalho para decidir os cursos a serem oferecidos e a criação de biblioteca especializada em temática latino-americana. O encontro, que aconteceu nos dias 23, 24 e 25 de junho foi o quarto realizado pela comissão para definir o projeto de implantação da universidade.

De acordo com o presidente da comissão, professor Hélio Trindade, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), a reunião foi uma das mais produtivas. "Evoluímos em relação ao projeto político-pedagógico, estabelecemos contatos promissores para programas de cooperação e avançamos nas questões materiais, como a projeção de um campus universitário ecologicamente sustentável e de nossa sede provisória, no Parque Tecnológico de Itaipu", destacou. Para definir a questão da sede provisória, os integrantes da comissão reuniram-se com a diretoria da Hidroelétrica Itaipu Binacional e com autoridades políticas.

Questões relacionadas ao meio ambiente marcaram o encontro. A diretora do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (Naea), professora Edna Castro, sugeriu a expansão a todo o continente, por meio da Unila, da rede de convênios do Naea, instituição ligada à Universidade Federal do Pará (UFPA), com atuação na Amazônia. O coordenador do Centro Internacional de Hidroinformática, Cícero Bley Júnior, enfatizou o interesse em uma parceria com a universidade para a elaboração conjunta de cursos que tratem da problemática da água.

O Projeto de Lei 2878/08, que cria a Unila, está em tramitação no Congresso Nacional. A proposta da futura universidade é criar uma instituição bilíngüe (português/espanhol), que fomente a integração latino-americana por meio do conhecimento e a cooperação interinstitucional. A universidade deve funcionar a partir do segundo semestre de 2009, em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira da Argentina, do Brasil e do Paraguai, e parte de seu projeto arquitetônico será de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.

A meta é que, após aprovada, em cinco anos, a Unila conte 10 mil alunos e contrate 500 docentes, metade dos quais brasileiros e a outra metade dos demais países da região. A Comissão de Implantação da Unila é formada por 13 especialistas em educação superior e integração regional e foi empossada pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, em março de 2008. (Fonte: Portal MEC e www.necnews.com.br)

Este é o espaço dos convênios Adufrgs, com informações atualizadas e dicas para você e sua família. Faça já sua carteirinha de sócio! Entre na página eletrônica, acesse o link "Convênios", consulte a lista e aproveite todas as oportunidades que a Adufrgs lhe oferece.

Conven vén hios

SAÚDE

MÉDICOS

Endocrinologista

Fernando Azambuja

Desconto de 50% na consulta

Av. Protásio Alves, 3033/sala 307, Rio Branco
(51) 3334.5647/9102.5623

Cardiologista e Geriatra

Aldo X. Vitória

Desconto de 60% na consulta

Rua Vigário José Inácio, 368/sala 1504, Centro
(51) 3224.5979

Dermatologista

César Bimbi

Desconto de 50% em consultas e procedimentos

Rua dos Andradas, 1464/sala 112, Centro
(51) 3228.8124

Gastroenterologista

Ruy Dornelles Dias

Descontos a partir de 30% em consultas e exames

Rua dos Andradas, 1137/ conj. 505, Centro
(51) 3224.0266/3212.3983

Oftamologista

Alduino Bianchi

Desconto de 40% em consultas e exames complementares

Rua dos Andradas, 1464/sala 103, Centro
(51) 3227.2211/3225.3593

Urologista

João Paulo Fagundes

Desconto de 25% na consulta

Rua Luciana de Abreu, 471/sala 306, Moinhos de Vento
(51) 3222.7778

Túnel virtual vira atração em Londres e NY



Um túnel virtual, que conecta Nova York a Londres e possibilita a comunicação visual entre pedestres dos dois lados, virou uma atração nas ruas das duas cidades. A instalação (o Teletroscope) foi criada pelo artista britânico Paul St George.

Segundo ele, o "túnel" passa por dentro da terra (uma distância de 5.585 km) e, com o uso de espelhos, traz imagens de uma cidade para a outra. Na realidade, o efeito é conseguido por meio de câmeras conectadas com o uso de fibras ópticas.

Uma das pontas do Teletroscope "emerge" perto da Tower Bridge, no centro de Londres. A outra, perto da Brooklyn Bridge, em Nova York. As pontas se parecem com um gigante telescópio que saiu de dentro da terra. Ao lado das construções de madeira e lata estão relógios de sol, alavancas e termômetros. Quando alguém olha pelo "túnel", vê gente do outro lado do Atlântico. Ao acenar, as pessoas do outro lado acenam de volta. A comunicação verbal é feita por mensagens escritas em uma lousa. É como uma webcam gigante, uma transmissão ao vivo entre as duas grandes cidades. Mas os organizadores dizem que a Internet não está sendo usada, e não há conexão de áudio. (Fonte: BBC)

Universidade paga não segue lei de professor exclusivo

Só 37 das 86 universidades privadas (43%) cumprem a exigência legal de ter um terço dos docentes trabalhando em regime integral, aponta o Censo da Educação Superior 2006 (mais recente). O prazo para adequação acabou há quatro anos, mas o MEC ainda não descredenciou nenhuma instituição. A exigência é da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996. De acordo com o MEC, as universidades ainda serão reavaliadas. As que não cumprirem a norma podem perder o título de universidade – o que tira o direito de ampliar e abrir cursos sem prévia autorização.

O objetivo de ter professores em tempo integral é incentivar a pesquisa e oferecer melhores condições de ensino (com horário remunerado para preparação de aulas e correção de provas, por exemplo). Nesse regime, a carga horária é de 40 horas semanais, mas

somente metade em sala de aula. O professor com dedicação exclusiva custa à instituição mais caro do que um pago por hora, já que este último pode ficar 100% do tempo em sala.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) sugere que a proporção de docentes com dedicação integral influencia na qualidade. "A presença do professor o tempo todo na universidade e o envolvimento dos estudantes em outras atividades fora da sala de aula fazem diferença na formação", afirma Oscar Hipólito, professor do Instituto de Física da USP (São Carlos) e pesquisador do Instituto Lobo.

Marcos Masetto, professor da pós-graduação em Educação da PUC/SP, afirma que os docentes sem dedicação integral têm dificuldades para se atualizarem e planejar seus cursos.

(Fonte: Folha de São Paulo)

Pesquisadores espanhóis projetam teletransporte quântico

Pesquisadores espanhóis estão trabalhando em um projeto da ESA (Agência Espacial Europeia) sobre teletransporte quântico, que consiste no envio de um manual de instruções para reconstruir objetos idênticos em lugares distantes. O "transceptor", que estará pronto em junho de 2010, é o protótipo de um sistema que deve ser instalado no módulo Columbus da ISS (Estação Espacial Internacional) e enviará fôtons (partículas componentes da luz) entrelaçados a duas estações terrestres, situadas a 1.400 quilômetros de distância uma da outra nas regiões espanholas de Tenerife e Almería.

José Capmany, membro do Grupo de Comunicações Ópticas e Quânticas da Universidade Politécnica de Valência (UPV), explica que o projeto consiste em uma série de experimentos que pretendem investigar o comportamento dos fenômenos quânticos no espaço. Capmany afirmou que um dos fenômenos mais fascinantes a serem estudados no âmbito deste projeto é o teletransporte. "Deslocar indivíduos de um planeta a outro em um instante continua sendo ficção científica. No entanto, os cientistas acham possível transmitir o estado quântico de partículas microscópicas de um ponto do espaço a outro afastado do primeiro", afirmou. (Fonte: Folha Online)

www.neilisboa.com.br

Neilisblog completa 7 anos

Mudanças ao longo do tempo foram aperfeiçoando o site do cantor e compositor gaúcho, que agora disponibiliza 11 das 13 músicas do CD "Translucidação" em formato mp3 para download. "Nos últimos tempos, o site tornou-se horizontal, incorporou o minifórum, espaço para um bate-papo amigo, otimizou-se e migrou de servidor em busca de mais agilidade e suporte", diz um trecho do texto de apresentação.

Segundo Nei Lisboa, a melhor novidade fica por conta da WebVitrola, "uma versão 'standalone' do player original do próprio site, cuja descrição completa e link para baixar estão logo ali à mão direita. Brinquedinho fascinante, e bem da hora, requer apenas que se navegue em banda larga". Além das mais de 100 músicas, todas as letras, há ainda uma galeria de fotos "do arco-da-velha", programação de shows, a enquete "Que música não pode faltar no DVD do NL?" e o que ainda vem por aí, garante Nei. Vale a pena navegar!

neilisblog



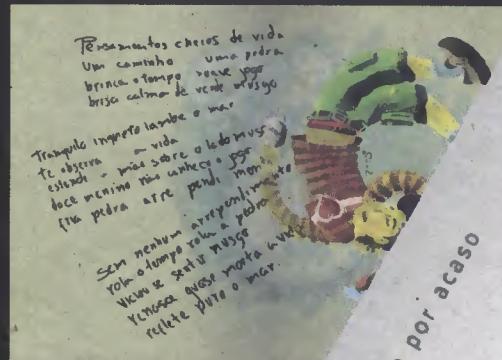
Sete anos de site

Ainda há quem pretenda culpar o MP3 pela absoluta crise e derrocada da indústria fonográfica. Mas o formatinho compacto, ou sua atividade de troca, ao menos, já vai virando passado. É o streaming – transmissão pela rede, sem cópia integral dos arquivos – quem começa a tomar conta do nosso imaginário e da realidade, em um caminho previsível de se ter a música não mais como produto e sim como serviço. Em breve, se valerá.

www.thingsmag.com.br

Cultura e Variedade

Revista online que fala abertamente sobre cultura e variedades. O nome "things" surgiu, de acordo com seus idealizadores, pelo mesmo motivo que leva a maioria das pessoas a acessar a internet: procurar coisas. "Tem funcionado como um ponto de encontro de novidades, um acesso direto com pessoas descoladas. Uma revista jovem, aberta à participação de pessoas interessantes e criativas", diz o texto de apresentação. Distribuída gratuitamente em formato digital, a revista está disponível em formato PDF para download e conta com a participação de colaboradores para divulgar a cultura local e nacional. Traz matérias sobre viagens, crônicas, resenhas de livros, quadrinhos, entre outros. Com uma belíssima diagramação, a "Things Mag" enche os olhos do internauta, que, enquanto "folheia" a revista, ouve música de bom gosto, geralmente composta por nomes pouco ou nada comerciais. Sem dúvidas, um espaço para quem produz e aprecia o que é bom.



cem por acaso



176 páginas com
OS MAIS IMPRESSIONANTES CONTOS DE
FIÇÃO CIENTÍFICA!
OS MAIS SURPREENDENTES CONTOS
FANTÁSTICOS!
OS MAIS SINISTROS CONTOS DE
HORROR!



1968

Eles só queriam mudar o mundo
Regina Zappa e Ernesto Soto
Jorge Zahar Editor

308 páginas
R\$ 44

"Foram muitas as formas de interpretá-lo ao longo do tempo: ano louco, enigmático, revolucionário, utópico, radical, rebelde, mítico, inesperado, surpreendente, profético, das ilusões perdidas. Adjetivos não faltam... De onde surgiu inspiração e fôlego para tanta movimentação reunida num só ano? O fato é que, em um determinado momento, alguém não se conformou e escreveu em letras firmes num muro de Paris: 'Seja realista, exija o impossível'".

O ano de 1968 se destacou entre todos os outros do século 20 porque jovens do mundo todo lideraram protestos e descobriram novas formas de luta. Neste livro, os jornalistas Regina Zappa e Ernesto Soto fazem um passeio pelos principais acontecimentos do período, no Brasil e no mundo. Organizado mês a mês, traz histórias saborosas, letras de músicas, listas de filmes e inúmeras fotos, além de entrevistas com Chico Buarque, Edu Lobo, Fernando Gabeira, entre outros. Este é um verdadeiro almanaque ilustrado da geração que disse não ao conformismo.

Regina Zappa é carioca, jornalista, escritora, roteirista e professora universitária. Trabalhou na imprensa carioca e, por mais de 20 anos, no Jornal do Brasil. Tinha 14 anos em 1968 e

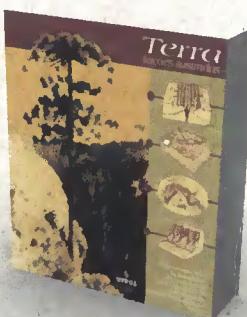
lembra como ficou emocionada com a mobilização da passeata que seguiu por sua rua, na Praia de Botafogo, no dia do enterro do estudante Edson Luís, passando diante dela e de uma cidade perplexa.

Ernesto Soto nasceu em Belo Horizonte, graduou-se em Jornalismo pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), no Rio de Janeiro. Estudou Economia e Estatística na Universidade do Chile, em Santiago, além de português-sueco e Antropologia na Universidade de Estocolmo, Suécia. Passou pelas redações de O Globo, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e a Rede Globo de Televisão. Participou dos acontecimentos de 68 como estudante, jornalista e militante político.



A Política de Financiamento da Educação Básica: rumos da legislação brasileira
Nalú Farenzena
Ufrgs Editora

368 páginas
R\$ 45



Terra
Feições Ilustradas
Dirce Maria Antunes
Suertegaray (org)
Ufrgs Editora

264 páginas
R\$ 34

"A abordagem deste trabalho é original e emerge de forma consistente da documentação analisada, reconstituindo vivamente o debate e os embates da política educacional brasileira e de toda uma década marcada por grandes transformações" (Carmem Maria Craidy, Faculdade de Educação da Ufrgs)

O livro é o resultado da busca de conjugar o conhecimento elaborado em geomorfologia com a expressão artística dos autores. Conduz o leitor na compreensão da relação entre a estrutura da Terra e os processos geradores das formas, tendo a espacialidade como referência para construir o olhar e a expressão artística.

Condor

Em novembro de 1978, na Rua Botafogo quase esquina com a Avenida Getúlio Vargas, no Bairro Menino Deus, um pedaço da história latino-americana acontecia. Lilian Celiberti chegava a Porto Alegre junto com os dois filhos pequenos e o uruguai Universindo Díaz.

por Clarissa Pont

Alguns dias depois, Luís Cláudio Cunha, diretor da sucursal da Veja no Rio Grande do Sul, recebia um telefonema de alguém que, sem se identificar e com forte sotaque castelhano, denunciava o desaparecimento, no Uruguai, de Lilian, Universindo e as crianças.

Luis Cláudio e o fotógrafo João Batista Scalco foram ao apartamento da Botafogo. Bateram e a porta entreabriu. Era Lilian. Em um segundo, a porta se escancarou. A polícia, à paisana, estava dentro do apartamento, mantendo a família refém, enquanto aguardava surpreender outros companheiros em uma reunião que aconteceria no apartamento do Menino Deus. Mandaram que entrassem, encostassem de frente para a parede. Os jornalistas foram revistados.

Ambos argumentavam que eram jornalistas da Veja. Um dos policiais pediu as carteiras profissionais e saiu da sala. Em breve, falando em um tom conciliador, voltou e argumentou que aquele era um caso de contrabandistas, estrangeiros ilegais no Brasil, que eles não se preocupassem, mas que não publicassem nada. Os jornalistas foram soltos com a certeza de que o caso não terminaria por aí.

A história do seqüestro de Lilian Celiberti, seus filhos

Camilo e Francesca, e seu companheiro Universindo Rodríguez Díaz, localizados e presos em Porto Alegre por um braço da repressão uruguai e com a cumplicidade do Dops gaúcho, começou aí. A Operação Condor, que uniu os generais da América Latina no desrespeito às fronteiras e aos Direitos Humanos, é o ponto de partida do documentário "Condor", de Roberto Mader. O diretor percorreu diversos países latino-americanos, principalmente Chile, Argentina e Uruguai, para investigar a operação e narrá-la através de depoimentos dos protagonistas desta história. "Condor" foi premiado no Festival de Gramado, onde levou o Prêmio Especial do Júri, e também no Festival do Rio, no qual foi escolhido o Melhor Documentário de 2007.

A Cordilheira dos Andes ilustra o cartaz e o início do filme, em cenas aéreas, como o vôo de um condor. Entre os entrevistados, está Manuel Contreras, comandante da polícia secreta chilena e braço direito do Pinochet. O general foi preso durante as filmagens e uma de suas entrevistas acontece na prisão militar. Augusto Pinochet, filho do ditador chileno, e Jarbas Passarinho, ministro de três governos militares durante a ditadura no Brasil e Ministro da Justiça no governo Collor, também falam sobre a Operação. "Hoje os



Estados Unidos levantam sua bandeira contra o terrorismo em diversos países, e há 20 anos, apoiavam uma guerra contra o terrorismo na América do Sul", observa Roberto Mader. Ele diz que reuniões da história da repressão política nos anos 70, a partir de seus protagonistas, são sempre dolorosas, mas é o melhor instrumento para desenvolvimento da democracia. "Calcula-se que, devido à Operação Condor, mais de 400 mil pessoas foram presas e quatro milhões exiladas", conta.

Entre as vítimas da残酷 do período, o caso dos irmãos uruguaios Victoria e Anatole Larraberti é exemplo de uma prática que se repetiu durante a ditadura argentina. As duas crianças foram seqüestradas no país, depois de presenciarem o assassinato dos pais. A caçula, Victoria, tinha apenas um ano e meio, mas o irmão, na época com quatro anos, lembrava-se de muitas coisas. Os irmãos acabaram levados a um terceiro país, o Chile, onde foram adotados por uma família que não sabia sua verdadeira origem. A história deles ficou conhecida através de Jan Rocha, jornalista inglesa que também participa do filme. "Ela tinha participado do Clamor, que era uma instituição ligada ao bispo João Paulo, e que salvou um monte de gente no Cone Sul. Por ela passaram os casos da Vic e do Anatole e da Sara", explica o diretor.

A uruguaia Sara Mendes foi seqüestrada com seu filho Simón, na época com 20 dias de vida, presa e torturada na Argentina. Sara sobreviveu, mas foi separada do filho. O reencontro aconteceu após 25 anos de busca, Simon foi criado por uma família de policiais durante todos esses anos. "Condor" reúne entrevistas com Sara e outros sobreviventes do regime militar, entre eles nomes conhecidos como a argentina Hebe de Bonafini, líder das Madres da Praça de Maio, formado por mulheres que tiveram seus filhos seqüestrados durante a ditadura, e até hoje não sabem seu paradeiro.

"O Brasil fala pouco da ditadura, muito menos que na Argentina e no Chile, países onde a ditadura foi mais violenta. Lá, eles são bem mais politizados e radicais na exigência de reparação. Eles não esquecem. E nós também precisamos reavaliar esses anos. Entender o que nos aconteceu. Quando o general chileno Augusto Pinochet foi preso, em 1998, em Londres, e começou-se a falar em Condor, desejei fazer um filme que mostrasse aos jovens de 15, 16 anos como era viver sob a repressão em nosso continente", resumiu Mader em entrevista à Revista Época, em abril deste ano, quando o filme foi lançado.

CONDOR

CONDOR

CONDOR

FORA DITADURA
O FILME
ABAIXO A DITADURA
HBO
NENHUMA DITADURA

FOTOS

IMPRESA

MULTIMÍDIA

TRAILER

CUBRA-CABEÇA

DEPOIMENTOS

+1 história

A Operação Condor foi batizada com o nome desta ave típica dos Andes e símbolo da astúcia na caça a suas presas.

+ 1 documento

Há fortes indícios de que essa ação conjunta entre os governos do Cone Sul contou não apenas com o conhecimento, mas também com o apoio do governo norte-americano, como demonstram documentos secretos divulgados pelo Departamento de Estado em 2001. Em 1992, foi comprovada, através de documentos encontrados no Paraguai, a existência de um acordo costurado por todos os países do Cone Sul com o intento de facilitar a cooperação na repressão aos grupos e indivíduos opositores dos regimes militares.

+1 site

www.condor-ofilme.com.br

A página eletrônica oficial do filme conta com uma apresentação gráfica única, além de fotos históricas, entrevistas e um espaço para que as pessoas deixem depoimentos para o diretor. Um quebra-cabeça e uma apresentação multimídia completam o conteúdo do site.

+1 imagem



O documentário mostra impactantes cenas de protesto, dentre as quais imagens da ação da Polícia Secreta Chilena, obtidas com exclusividade pelo diretor. Nesse material, estão também as únicas imagens de um campo de concentração no Chile de Pinochet.

+1 foto



a história DE QUEM FAZ



Debate entre os reitoráveis da Ufrgs em 1988, na Faculdade de Odontologia. Até meados da década de 80, somente os representantes do Conselho Universitário (Consun) votavam para a escolha do reitor. Mas a decisão final era do MEC, que podia ou não eleger o mais votado da lista. Neste ano, que antecedeu a primeira eleição direta para presidente da república desde o golpe de 1964, a comunidade universitária – docentes, técnicos e alunos – pela primeira vez teve a oportunidade de opinar.

